

Governistas divididos

BRASÍLIA — A base governista vai entrar dividida no plenário da Câmara dos Deputados na terça-feira, para votar o projeto que abre a telefonia celular à iniciativa privada. "Vamos ter que decidir no voto", reconheceu ontem o líder do governo na Câmara, deputado Benito Gama (PFL-BA). Os esforços para conciliar as posições do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, e do PFL fracassaram.

O presidente do PFL, Jorge Bornhausen, recomendou ao líder do partido, deputado Inocêncio Oliveira (PE), que não abrisse mão da abertura da telefonia celular ao capital estrangeiro. "Se o texto que restringe a abertura for aprovado na Câmara, o partido apresentará emenda no Senado liberando totalmente os investimentos. Isso está no nosso programa", disse Bornhausen.

Além do PFL, o PMDB também irá dividido à votação. O fato de o ministro Sérgio Motta ter recorrido ao deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP) para apresentar emenda de interesse do governo desagradou os governistas do partido. Ocorre que Barbieri é um dos peemedebistas que votam sistematicamente contra o governo. "A limitação que o ministro pretende ao capital internacional é contraditória com o discurso do Ministério ao quebrar o monopólio estatal do setor", criticou o vice-líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA).

Destaques — Os tucanos também não querem saber de negociação e vão para o voto. O líder do partido, deputado José Anibal (SP), disse ontem que o partido apresentará destaques de votação em separado para restabelecer o projeto do governo, alterado pelo substitutivo do deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ). O PSDB quer manter o texto original, que previa a exploração da telefonia por empresas constituídas com 51% de capital nacional e 49% de capital estrangeiro.

O outro destaque mantém a destinação dos recursos arrecadados com privatização de empresas para o Tesouro. Os recursos com as concessões e outorgas ficam sob administração do Ministério das Comunicações. O governo também quer manter o poder do Ministério, até a criação do órgão que vai fiscalizar o setor.

Na avaliação dos governistas, a proposta do Ministério das Comunicações deverá prevalecer. Espera-se que 90% da bancada do PPB na Câmara vote a favor do governo.